

Organizações não governamentais: espaços de imbricação de “políticas de piedade” e “políticas de justiça”?

Non-profit organizations: spaces of overlapping between policies of mercy and equity policies?

MARIA LEONOR SAMPAIO*

RESUMO

Não fazendo incidir a nossa reflexão sobre um certo tipo de voluntariado cuja perspectiva é mais planetária e cujas acções visam o reforço de outros movimentos congêneres de alcance internacional defendendo causas mais universais, neste pequeno estudo iniciaremos tão só uma abordagem das diferentes formas do trabalho que o Terceiro Sector em Portugal tem vindo a adquirir e que a nosso ver ultrapassam o altruísmo humanitário e aquilo a que Scheler chamou de piedade (SCHELER, 1967). Porque, se o espectáculo do sofrimento (ARENDDT, 1967) daqueles que *sofrem à distância* (Boltanski, 1993), pode estimular uma prática de piedade por parte daqueles que observam esse sofrimento, mas não o vivenciam, que dizer das razões que levam à integração formal em organizações que se dedicam a outro tipo de actividades ainda que voluntárias? Haverá uma motivação transversal a todas as ONGs, desde aquelas que se aplicam na defesa do património arquitectónico, na defesa da cultura nacional ou local, na limpeza de praias e

* Doutoranda na área da Sociologia da Saúde pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), da Universidade Nova de Lisboa (UNL), membro fundador do *Forum Sociológico – Centro de Estudos* do Departamento de Sociologia da FCSH da UNL (leonorsampaio@hotmail.com).

matas, em práticas voluntárias junto de animais, no apoio e/ou visita a doentes, a presos etc.?

Inseridos num ritmo da mudança característico da modernidade (GIDDENS, 1992), em que o individualismo se constrói na reflexão crítica e se pretende livre (SINGLY, 2003), que regimes justificativos de acção (BOLTANSKI, 2001) subjazem à formação e/ou adesão a este tipo de organizações? Com base em que estratégias individuais se faz a passagem para um comprometimento colectivo?

Palavras-chave: modernidade; trabalho voluntário; individualismo; políticas de piedade; políticas de justiça.

ABSTRACT

We do not make our reflection on a certain volunteer work type with planetary perspective and the reinforcement of other movements of international reach, defending more universal causes, in this small study, we will only initiate a approach of different forms of work in the Third Sector in Portugal, new forms of volunteer organizations, that in our point-of-view, exceed the humanitarian altruism and what Scheler called "mercy" (SCHELER, 1967). Because, if "show of the suffering" (ARENDT, 1967) from who suffers at a distance (BOLTANSKI, 1993), can stimulate one practical mercy, on the part of observers, this suffering without living it, is deeply actual. So what to say of the reasons that lead to the formal integration in organizations that are dedicated to another type of work, as volunteers activities? This, may be, will have a transverse motivation to all the ONGs, as like, in the defense of the architectural patrimony, in the defense of the national or local culture, in the cleanness of beaches and bushes, in practical volunteers to help suffering animals, the support and/or visit the sick people, the prisoners etc.? Inserted in a rhythm of the characteristic change of modernity (GIDDENS, 1992), where the individualism is construct in the critical reflection, and has the pretension to be free (SINGLY, 2003), what justifies rules to share (BOLTANSKI, 2001) the formation and/or adhesion to this type of organizations? On what basis the individual strategies change to a collective compromise?

Key-words: modernity; volunteer work; individualism; politics of mercy; politics of justice.

O TERCEIRO SECTOR COMO CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

À semelhança do que acontece por todo o mundo ocidental, também em Portugal, nos últimos vinte anos, assistimos à emergência e desenvolvimento de inúmeras organizações não governamentais (ONG's) nas mais diversas áreas de actividade social. Este "desenvolvimento [...] de numerosas organizações não governamentais conduzindo acções humanitárias através do mundo, significa, pela sua importância e pelo seu significado, que este movimento está a adquirir um carácter novo" (BOLTANSKI, 1993, p. 7). Tendo-se sempre feito sentir em todas as sociedades a prática do voluntariado não formal, somente desde 1998, através de legislação específica (Lei n. 71/98), Portugal conta com uma definição legal de voluntariado que, expressamente, não contempla o tipo de voluntariado espontâneo e sem qualquer vínculo que outrora se fazia sentir "por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança" (*Ibid.* art. 2).

Se a sucessão das funções de uma comunidade humana, essa ordem invisível, a partir e no interior da qual os indivíduos fixam constantemente os seus objectivos e agem, não deve a sua existência à simples adição dos actos de vontade nem à decisão comum de uma *multitude* de indivíduos isolados (ELIAS, 1987, p. 50), o que terá mudado nos indivíduos e, portanto, nas sociedades ocidentais, para que (os respectivos Estados) segundo, e seguindo, especificidades próprias, sentissem necessidade de institucionalizar uma prática particular outrora espontânea e informal e a que, para se distinguir da actividade pública e privada, se nomeou como o Terceiro Sector?

A sociedade industrial, a ordem social civil e, particularmente, o Estado-providência e o Estado de bem-estar, estão sujeitos à exigência de tornar as situações da vida humana controláveis pela racionalidade instrumental, fabricáveis, praticáveis e (individual e legalmente) explicáveis (BECK, 2000, p. 10).

Essa é a razão por que Giddens diz que a modernidade se tornou experimental, encontrando-nos todos, quer queiramos quer não, integrados numa grande experiência que é obra de todos:

A experiência global da humanidade intersecta-se com a penetração das instituições modernas no tecido da vida quotidiana, e influencia

esta penetração, do mesmo modo que é influenciado por ela. [...] As experiências quotidianas reflectem a mudança de papel da tradição [...] e dizem respeito a aspectos essenciais relacionados com o *self* e a identidade, mas implicam, também, uma multiplicidade de mudanças e adaptações na vida diária (GIDDENS, 2000, p. 56-7).

Ou, como diz Singly, ao romper com as sociedades tradicionais ditas holistas centradas no 'todo' como princípio base, "(...) o Ocidente inventou [...] uma sociedade paradoxal, uma sociedade 'individualista' centrada no indivíduo como célula base" (SINGLY, 2003, p. 11).

No entanto, apesar de haver quem associe o individualismo à ditadura do mercado, à luta egoísta de cada um, sendo mesmo tido como sinónimo de incivilidade, de fechamento do indivíduo "na sua concha", de indiferença face ao outro, Singly considera que

este é um diagnóstico parcial. [...] O individualismo é intrinsecamente político e não tem a ver com o liberalismo económico ou político, uma vez que pretende, ou visa, criar as condições necessárias a que cada um, independentemente da sua nacionalidade, credo, raça, género ou idade possa sentir-se uma pessoa no sentido atribuído pela Carta dos Direitos do Homem; de forma a que cada pessoa, cada «eu» não se sinta preso e constrangido nos grupos, nos «nós» a que pertence e, por sua vez possa enriquecer esse nós (SINGLY, 2005, p. 9).

Só assim se pode compreender a razão por que os indivíduos, conscientes das regras da autonomia e da cultura cívica da individualidade desenvolvem o seu projecto de vida pessoal, mantendo-se inseridos e agindo em múltiplos grupos de pertença, dando origem às milhares de Organizações Não Governamentais de Utilidade Pública que existem no nosso país.

Na transferência da sociedade tradicional para a sociedade moderna, em que a solidariedade mecânica deu lugar à solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1989), é no quadro das sociedades éticas cada vez mais diversificadas que, como diz Elias:

(...) os indivíduos se libertam enquanto tais dos grupos mais restritos e mais estreitamente ligados das comunidades pré-éticas de nascimento ou dos grupos protectores, [tendo] escolha entre um maior número de possibilidades. E [dispondo] de uma mais vasta liberdade de escolha. Podem bem mais livremente decidir da sua

sorte. Mas também *devem* decidir da sua sorte. Não somente *podem* tornar-se autônomos como devem sê-lo. Quanto a isso eles não têm escolha. A possibilidade e a necessidade desta maior individualização são um aspecto do processo de transformação social bem inacessível ao controlo do indivíduo isolado (ELIAS, 1987, p. 168).

O produto dessa individualização, os diferentes cambiantes, cada vez mais intensos e complexos, dos indivíduos nos seus comportamentos, não lhe são inatos, no sentido em que o são as suas diferentes constituições físicas. Quanto a este aspecto, os indivíduos inseridos nos 'nós' mais estreitos das sociedades pré-etáticas não se encontram mais separados dos seus congêneres do que os das sociedades etáticas da modernidade, altamente diversificadas. "O que sobressai mais claramente nestes últimos é o isolamento e a singularização dos indivíduos *nas relações de uns com os outros.*" (*Ibid.*).

O INDIVÍDUO SÓ EXISTE COMO TAL PELOS SEUS LAÇOS SOCIAIS QUE TECE

Todos nós sabemos o que significa a palavra "sociedade", ou pelo menos cada um crê saber.

Transmite-se esta palavra de um ao outro, como uma moeda cujo valor não haveria necessidade de verificar. Quando uma pessoa qualquer diz 'sociedade' e quando um outro qualquer o ouve, os dois compreendem-se sem dificuldade. Mas será que o compreendemos verdadeiramente (*Ibid.*, p. 37)?

Cada um de nós sabe que a "sociedade" é aquilo que nós, todos reunidos, constituímos, é o conjunto de uma multitude de pessoas, é um 'nós', tanto mais ou menos alargado consoante a "sociedade" em que nos inserimos; mas as "sociedades" variam consoante a sua situação geo-socio-temporal.

E se a identidade do eu, num indivíduo tomado isoladamente nunca se encontra fixa, também a identidade do 'nós' aglutinador dos múltiplos "eus" não se encontra fixa de uma vez por todas mas submetida a variações específicas (*Ibid.*, p. 37).

Se com o progredir da modernidade o enquadramento dos indivíduos na vida familiar alargada, no parentesco e mesmo na comunidade local se foi reduzindo, a mobilidade dos indivíduos aumentou, tanto no plano espacial como no plano social, bem como aumentou a sua responsabilização individual. É neste contexto que Arendt diz que:

a *polis* propriamente dita não é a *citê* na sua localização física; é a organização do povo que resulta daquilo que se fez e disse em conjunto, e o seu espaço verdadeiro estende-se entre os homens que vivem em comum com esse fim, qualquer que seja o lugar onde vivam (ARENDR, 1983, p. 258).

Por esse motivo, não é pela ausência de laços sociais que se estabelece a diferença entre as sociedades individualistas e as não individualistas, mas sim pela importância que aquelas atribuem aos laços mais pessoais, mais electivos, mais contratuais. Desse modo, o individualismo

Não tem a ver com as afirmações gratuitas de si, com uma independência vazia de projecto. Se não estiver associado a um horizonte de significações, este individualismo pode existir, mas será um desvio do individualismo (LASCH, 2000, cit. SINGLY, 2005, p. 21).

O QUE MOVE OS INDIVÍDUOS PARA A PRÁTICA DO VOLUNTARIADO?

Neste pequeno estudo é nossa intenção tentar compreender que imperativo leva a que os indivíduos se empenhem num trabalho solidário em diferentes áreas do voluntariado que não só se desenvolve sem fins lucrativos, como a maior parte das vezes exige o pagamento de uma quota e, para culminar, frequentemente apresenta riscos para a integridade física e/ou mental de quem a pratica. Todos nós temos conhecimento de organizações cujos voluntários têm de trabalhar sob condições difíceis em zonas climatéricas, epidémicas ou políticas, de risco, desde organizações que prestam apoio no campo da saúde, como é o caso, entre outras, da *Assistência Médica Internacional* (AMI) e dos *Médicos Sem Fronteira* (MSF), que se deslocam para zonas sociais e/ou geográficas onde grassam doenças, trabalhando por vezes em pleno teatro de guerra; mas também em outras áreas do voluntariado como o ecológico: o caso que teve foros

de escândalo mundial pela morte de voluntários ligados à *Green Peace* quando, por exemplo, em campanha pela defesa das baleias, se interpuseram entre barcos de pesca industrial e um grupo daqueles mamíferos em extinção. Ou ainda, recordando um contacto recente que estabelecemos com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, em que nos apercebemos de que os seus voluntários no apoio aos doentes que padecem de cancro, são com frequência atingidos emocionalmente pelo sofrimento e dramas sociais que testemunham.

Que tipo de recompensa, que forma de reconhecimento pode justificar o trabalho do voluntário, muitas vezes anónimo, por exemplo, quando age na outra ponta da linha telefónica de um *SOS Voz Amiga*?

AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DE VOLUNTARIADO

Incidindo o nosso interesse sobre a prática do voluntariado nos seus diferentes domínios que no nosso país tem lugar, aproximámo-nos do Concelho Nacional para a Promoção de Voluntariado (CNPV), entidade que pretende conhecer e centralizar o conhecimento sobre a dinâmica das Organizações Promotoras de Voluntariado (OPVs) que em Portugal desenvolvem esse tipo de actividade. Quer através de conversas, quer por consulta no seu *sítio internet*, observámos que estas organizações se encontram distribuídas por dezasseis diferentes Tipos de Actividade e quinze diferentes Populações-Alvo que apresentamos na página seguinte.

Seria interessante, para um estudo mais consistente, aproximarmo-nos de OPVs cujo trabalho se desenvolve em cada uma destas áreas e populações-alvo, e através de entrevistas aprofundadas tentarmos compreender as diferentes idiosincrasias dos indivíduos que aí dedicam o seu tempo, emoções e afectos. Contudo, no âmbito deste pequeno estudo não poderemos ser exaustivos. Assim, e apesar de somente nos aproximarmos de cinco das áreas de actividade do voluntariado – Saúde, Cultura, Protecção Civil, Cooperação para o Desenvolvimento e Acção Social, cremos que as nossas reflexões sobre esta prática não serão de forma alguma redutoras. Não pretendendo com a nossa análise extrapolar para o universo do voluntariado, cremos contudo que poderemos acrescentar ou reforçar o conhecimento neste âmbito através das 46 entrevistas que aplicámos e da análise de documentação produzida por diversas associações que promovem o voluntariado na área da saúde em torno de determinadas patologias e que constituíram

Organizações Promotoras de Voluntariado por Tipo de Actividade
Acção Cívica
Acção Social
Ciências
Cultura
Cooperacção para o Desenvolvimento
Defesa do Consumidor
Defesa do Património e Ambiente
Desporto
Educação
Emprego e Formação Profissional
Justiça: Apoio à Víma, Dtos. Humanos, etc.
Protecção Civil / Bombeiros
Reinserção Social
Saúde
Promoção do Volunt. e da Solidariedade Social
Desenv. da Vida Associat. e da Economia. Social

Organizações Promotoras de Voluntariado por População-Alvo
Comunidades Locais
Crianças e Jovens
Famílias
Grupos Sócio-Culturais
Imigrantes
Pessoas com Deficiências
Pessoas em Situação de Dependência
Pessoas Idosas
Pessoas Portadoras de HIV - SIDA
Pessoas sem Abrigo
Pessoas Toxicodependentes
População em Geral
Reclusos e/ou ex-Reclusos
Trabalhadores Desempregados
Vítimas de Violência

Fonte: CNPV -
www.voluntariado.pt

objecto de outros estudos por nós elaborados (SAMPAIO; PINTO, 2005; SAMPAIO, 2005). O peso das entrevistas não se distribui igualmente por estas cinco áreas, fazendo-se sentir maioritariamente na área da saúde, uma vez que reutilizámos entrevistas aplicadas recentemente no âmbito de um trabalho financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian¹ (RESENDE, et al., 2005). Pensamos, contudo, que conseguimos de algum modo aperceber-nos de algumas diferenças e, essencialmente, que os voluntários não se distribuem indiferentemente por qualquer das actividades, escolhendo áreas de actividade que melhor se enquadram no seu *ethos*².

¹ Estudo elaborado pela equipa de investigação que, integrada no *Forum Sociológico – Centro de Estudos* da FCSH da UNL, desenvolve trabalho na área da Sociologia da Saúde.

² *Ethos* no sentido atribuído por Bourdieu de um conjunto sistemático de disposições de dimensão ética, de princípios práticos, sendo a ética um sistema intencionalmente coerente de princípios explícitos. (BOURDIEU, 1984). Em posteriores trabalhos terá interesse aprofundar quais os fundamentos desse *ethos*, quais as fontes de socialização política dos indivíduos que se mobilizam nestas causas cívicas.

Inserir-se, pois, nas seguintes áreas o nosso estudo:

Na área da Saúde: 34 entrevistas semi-estruturadas aplicadas por entre os cerca de 600 voluntários da *Liga Portuguesa Contra o Cancro* (LPCC), que exercem o seu voluntariado no *Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil* (IPO-FG), em Lisboa. Sendo a LPCC por demais conhecida, esta ONG, para além de promover o estudo e desenvolvimento do conhecimento na área daquela patologia multifacetada, divulga a informação sobre as conquistas que a ciência vai fazendo nesta área, fazendo de igual modo campanhas de sensibilização face ao rastreio ou detecção precoce das neoplasias que mais frequentemente atingem os portugueses. A prática do voluntariado constitui uma outra importante actividade desenvolvida diariamente nos três IPOs do país por cerca de 2500 voluntários da Liga.

Associação Clínica Frater (ACF), que desenvolve igualmente o seu trabalho numa perspectiva de voluntariado. Organização que compreende médicos, enfermeiros, administrativos, quer na reforma, quer no activo, na cidade do Barreiro. Esta ONG tem um posto de atendimento público aonde as pessoas em situação de carência de cuidados de saúde, mas essencialmente com poucos recursos económicos se dirigem. Para além de serem observados pelos médicos aí presentes, segundo uma agenda previamente estabelecida entre eles, em muitas das situações os pacientes saem de lá com a medicação necessária para fazerem face ao seu problema, medicamentos esses que têm origem, não só em amostras ofertadas aos clínicos pelos laboratórios de produtos farmacêuticos, mas igualmente medicamentos que pessoas particulares, com o intuito de tornarem úteis alguns medicamentos de que já não necessitam e se encontram ainda dentro do seu prazo de validade, ali entregam a fim de poderem beneficiar outros. Por outro lado, existe ainda aí espaço para tratamentos prestados pelo corpo de enfermeiros. Finalmente, um dos aspectos que poderá ser tão importante como a consulta médica que procuram, os doentes neste espaço sentem-se acarinhados, num ambiente de atendimento que não encontram em outros espaços onde se presta assistência sanitária:

Eu acho que quando a pessoa vem aqui é porque necessita mesmo. E nós ajudamos naquilo que é possível. Há muita roupa para dar, medicamentos, óculos, e consultas. Os médicos vêm por vontade deles, acho que as pessoas vão daqui muito satisfeitas. Eu pelo menos

vejo, [...] quem trabalhou como eu num Centro de Saúde 37 anos, agora que estou aqui vejo; não quer dizer que nos Centros de Saúde eles não tenham atenção com os doentes, mas é que a consulta está preenchida, há um espaço de tempo para ver os doentes e aqui eles têm todo o tempo do mundo! Eles conversam... há outra disposição...! (*Voluntária que presta serviço administrativo*).

Para além destas entrevistas, juntámos ao nosso estudo a documentação produzida por algumas associações de doentes, como atrás foi referido.

Na área da Protecção Civil: três entrevistas a jovens integrados no corpo de *Bombeiros Voluntários do Barreiro* (BVB). Instituição cuja existência conta já com 74 anos, e inclui no seu quadro para além de alguns assalariados, elementos que a ela aderiram numa perspectiva de voluntariado. Por demais conhecido o trabalho desenvolvido por estes actores em diferentes palcos, nos últimos anos, em período de verão, são regularmente chamados a combater os fogos nas matas e florestas do país, pondo por vezes em risco a sua própria segurança pessoal.

Na área cultural: quatro entrevistas a voluntários que dão apoio à *Universidade da Terceira Idade do Barreiro* (UTIB): dependendo da Câmara Municipal do Barreiro, esta Universidade que começou no ano de 2002 com 16 alunos e um número limitado de cursos, conta hoje com 850 alunos inscritos em 50 áreas disciplinares que cobrem desde as Ciências Sociais, a Saúde, Educação Física, Artes, Línguas etc. Todo o trabalho de organização, secretariado e docência aí desenvolvido é feito numa perspectiva de voluntariado.

Clube de Campismo de Lisboa (CCL): uma entrevista a uma das pessoas que se dedica a um grupo de teatro amador constituído por mais de 30 elementos que nesse clube desenvolve uma acção frequente junto de Lares da Terceira Idade, escolas etc.

Cooperação e Desenvolvimento: foram duas as pessoas que entrevistámos nesta área. Uma empenhada no apoio à organização, gestão e canalização de informação para um Lar de Acolhimento para Crianças e Jovens em S. Tomé e Príncipe, bem como o envio de material escolar e outros bens necessários:

Neste caso, que se calhar é uma ajuda mais à distância, o que é que a mim me motiva? [...] Primeiro porque, no caso concreto do Lar “Novo Futuro” em S. Tomé, é uma Fundação, tem uma congénere em

Portugal também, porque aquilo foi uma iniciativa local e eu acho que em termos de cooperação, eu acho que valorizar o trabalho que eles querem fazer, e que estão com um esforço muito grande, com as dificuldades que têm, [...] eu acho que é sempre, servimos um bocadinho de alavanca e, portanto, valorizamos o trabalho dela e também os ajudamos a fazer aquele percurso. Por outro lado ver que aquilo é uma gota de água e que é preciso fazer mais coisas porque ou estruturamos aquele núcleo e arranjam formas de o tornar sustentável para poder partir para outros ou então nunca mais crescemos e fica sempre aquele. Porque este é óptimo para os meninos que lá estão mas depois há outros 78 que também precisam de acolhimento e que não o têm em lado nenhum (Voluntária que também faz trabalho na *EntreAjuda* – EA).

Centro Local de Apoio ao Imigrante do Barreiro (CLAIB): aplicámos uma entrevista a uma jovem que para além do trabalho concreto de apoio aos imigrantes que vivem no Barreiro, junta o seu trabalho ao esforço do Centro

(...) num projecto que é a criação de uma associação para os emigrantes que ainda não está concretamente definido. Será apenas uma associação simples ou então será um conjunto de associações que poderá dar origem a uma espécie de plataforma (...) (CLAIB).

Na área da Acção Social: *Banco Alimentar Contra a Fome (BA)* e organização *EntreAjuda (EA)*. A primeira ONG é de igual modo uma organização de referência pelo trabalho visível por todo o país na recolha de alimentos que, posteriormente, serão distribuídos a instituições que dele necessitem; a *Entreaajuda* é uma associação particular reconhecida como IPSS, que nasceu a partir do trabalho desenvolvido pelo Banco Alimentar ao longo de 13 anos, com o objectivo de dar apoio às instituições de solidariedade social nas áreas da organização, gestão, formação e em outros domínios necessários ao bom funcionamento deste tipo de organização.

PARTICIPAÇÃO NO COLECTIVO COMO AFIRMAÇÃO DO INDIVIDUALISMO

Não existindo uma linha de reflexão única também nesta matéria, ou o nosso estudo seria supérfluo, tentaremos tomar de alguns autores análises que sirvam de bordão à nossa própria reflexão.

Segundo Singly (2005, p. 22), que disserta sobre o individualismo tomado como característica fundamental do homem na modernidade, sendo o individualismo uma forma de vida em sociedade, idealmente permite a cada um ter os reconhecimentos de que necessita para escrever a sua vida, ter os meios para realizar no tempo de trabalho ou de lazer aquilo que ele quer produzir. O individualismo é, por isso, criador. Por esse facto, Singly defende que uma política de justiça deveria redistribuir os recursos de tal forma que cada um pudesse compor, recompor a sua identidade pessoal através dos seus comportamentos e dos seus laços.

Para que este individualismo, sinónimo de liberdade, mas de emancipação, de responsabilização, se tenha cumprido face a muitos dos nossos entrevistados, foi necessário que existissem ou se “criassem” as condições necessárias à sua efectivação. O facto de algumas das entrevistadas serem donas de casa e disporem de uma vida económica razoável foi um factor facilitador para a dedicação ao voluntariado. Por outro lado, observámos igualmente que em muitos dos casos da nossa amostra foi o fim da vida activa, a entrada na reforma, o afastamento dos filhos, por vezes a viuvez, que desencadearam a consciência da sua condição de indivíduo útil, livre e convicto do seu papel e da sua vontade de decidir livremente pela participação em projectos colectivos de alcance geral.

No entanto, para Singly, não é suficiente enquadrar-se o individualismo somente numa lógica do mercado ou numa lógica da razão. Como tal, este autor acrescenta outras *nuances* na prática do individualismo e que têm a ver com

o amor, [como] tipo de reconhecimento mais pessoal, e o humanitarismo, [como] tipo de reconhecimento comum a todos os humanos sem distinção de raça, origem e valor social (*Ibid.*, p. 23).

Estas duas formas vão complementar as formas de reconhecimento que os indivíduos podem receber em troca dos seus actos.

Assim, serão quatro as formas de reconhecimento do individualismo: 1) sendo o indivíduo um ser que raciocina (*raisonable*), esse facto autoriza-o a beneficiar historicamente da democracia e da cidadania e a pôr em acção essa razão nos seus comportamentos ‘racionais’; 2) por outro lado, o indivíduo detém uma identidade única que exige ser validada através de uma relação inter-indi-

vidual cujo protótipo é o amor; 3) de igual modo, possui recursos pessoais, qualidades, competências através dos quais pode entrar em concorrência com os outros indivíduos; 4) finalmente, e para além de todas as diferenças, de todos os hábitos sociais, ele é um humano que pertence à comunidade mais legítima do individualismo, a humanidade (*Ibid.*, 24).

Se aplicarmos aos nossos entrevistados essas lógicas de acção, de facto podemos encontrá-las explícitas em alguns dos seus regimes de acção (BOLTANSKI, THÉVENOT, 1991). Desde o voluntariado como exercício de cidadania, a fim de: “sensibilizar e co-responsabilizar o Estado e a Sociedade quanto ao papel que lhes cabe na resolução destes problemas” (LPCC), atitude que encontramos muito frequentemente nos programas de acção de associações que lutam pelos direitos dos doentes e das quais a *Abraço* pode ser considerada um paradigma pelo empenho, frontalidade e visibilidade que assumem as suas actividades; passando pela justificação do uso das competências e recursos pessoais que sentem poder utilizar não, neste caso, em concorrência com outros indivíduos, mas ao serviço de outros que as não tenham: “O facto de estar aqui com a preocupação da organização e da gestão, também é uma forma de pôr ao serviço dos outros os conhecimentos que detenho!” (EA).

E se a validação da identidade única “através de uma relação cujo protótipo é o amor” não se aplica neste campo, já que se manifesta de uma forma inter-individual, a consciência de que os indivíduos para além de todas as diferenças, de todos os hábitos sociais, são humanos e pertencem à comunidade mais legítima do individualismo que é a humanidade, se encontra como razão justificativa da acção mais frequentemente apontada em qualquer das áreas da actividade que abordámos, mas essencialmente na área da Acção Social e da Saúde: “é útil e dá gozo sabermos que estamos a colaborar para a felicidade dos outros!” (CCL); “Sinto-me mais humano” (BVB); “(...) era um sonho meu, já há muito tempo, era ajudar os “sem abrigo”.

[...] Aqui há muita gente que passa fome e que se deita à noite sem comer um prato de sopa, sem ter um copo de leite para beber ou qualquer coisa, aqui nesta zona de Setúbal!” (ACF); “É um dever suave para mim, que me dá prazer ajudar as outras pessoas; sinto-me muito melhor e acho que nos torna cada vez mais humanos” (CLAIB).

DA POLÍTICA DA JUSTIÇA E DA POLÍTICA DE PIEDADE EM BOLTANSKI

Em alguns sectores da prática de voluntariado, nomeadamente no que se inscreve na área da saúde e assume entre outros um carácter de luta por um direito que assiste aos doentes, podemos de algum modo encontrar as políticas de justiça definidas por Boltanski no seu *modelo de cité*³ (BOLTANSKI, THÉVENOT, 1991, p. 96). Em torno de um 'bem comum' que se considera não estar a ser distribuído equitativamente, tem lugar uma situação de disputa numa oposição entre 'grandes' e 'pequenos' (qualidade que não se encontra associada *definitivamente* às pessoas), em que através de porta-vozes, os 'pequenos', aqueles que na situação são apontados como estando a ser prejudicados na distribuição desse bem comum, através de provas, apelam a uma "acção conduzida do alto, pelos dirigentes, no quadro de um Estado que visa promover a *justiça*" (BOLTANSKI, 1993, p. 16).

Somente com a apresentação da prova, no decurso da qual as pessoas em conflito são levadas a fazer valer objectos de um mundo comum, é que o seu estado de grandeza se encontra revelado (*Ibid.*, p. 17).

Já as políticas de piedade, para este autor, em vez de colocarem em evidência a oposição entre *grandes* e *pequenos*, evidenciam a oposição entre pessoas felizes e pessoas infelizes. Por outro lado,

na lógica de uma política de piedade, a felicidade e a infelicidade são condições que definem conjuntos separados. A política de piedade considera os infelizes associados em massas ainda que [...] para inspirar a piedade, ela saliente nessa massa as misérias singulares (*Ibid.*).

E se na equidade é sempre o ponto de vista da justiça que lhe interessa, a política da piedade não se interroga se a miséria dos infelizes se justifica. Ela não exige prova. Como diz Boltanski:

³ *Cité* como modelo de argumentação, espaço de ordem legítima, que sustenta tanto as críticas como o acordo e que repousa num princípio de justiça que pode ser evocado em situação de disputa em torno de um «bem comum». Neste sentido, os actores julgam acontecimentos, eventos e causas quando são confrontados por outros actores ou pelo seu envolvimento nestes eventos. Quando tais julgamentos são desencadeados, os indivíduos mobilizam princípios de equivalência de grandezas, que são fundamentais para estabelecer a referida ordem justa ou ajustada. A sua adequação à realidade é demonstrada por meios de prova que os actores juntam às suas manifestações críticas.

Quem ousaria dizer [...] que os habitantes de um país assolado pela fome não têm o que merecem? Para uma política da piedade, a *urgência* da acção a conduzir para fazer cessar o sofrimento invocado sobrepõe-se à consideração da justiça (*Ibid.*, 18).

Ainda segundo este ponto de vista, a política de piedade e a compaixão são dois registos de acção diferentes. Enquanto as políticas de piedade se desenvolvem entre duas classes de indivíduos diferentes mas unicamente no que respeita à felicidade, devendo por isso “essas duas classes estar suficientemente em contacto para que as pessoas felizes possam observar directa ou indirectamente a miséria dos infelizes” (*Ibid.*), como é o caso do ‘espectáculo’ do sofrimento a distância que nos entra diariamente em casa através dos noticiários televisivos, elas devem, contudo, encontrar-se “suficientemente distintas ou separadas para que as suas experiências e as suas acções possam permanecer claramente separadas” (*Ibid.*). A compaixão inscreve-se na ideia pura do ágape⁴, associada à obrigação de ‘entrega’ aos outros, do amor aos outros, à semelhança do amor que o Deus dos cristãos dedica aos seres humanos, ideia associada à teologia (BOLTANSKI, 1990, p. 171). É através do ágape, gratuito, revelado por Deus à ‘comunidade’, que se cria o ‘laço de caridade’ e se mantém a sua coesão. Num dos depoimentos colhidos, ainda que transposto para uma justificação individual da ajuda e da entrega aos que sofrem, verificámos estar presente esta caracterização da actividade do voluntariado, quase como se de um espírito de missão cristã se tratasse:

a possibilidade de ter fé e acreditar numa pessoa que foi capaz de fazer isso e que foi capaz de dar a vida por pessoas como a minha, como a sua, para me dizer isto mesmo e para eu poder fazer esta minha vida, que foi a pessoa de Jesus Cristo (...) (LPCC).

Segundo Arendt (abud Boltanski), a característica principal da compaixão é que ela se dirige ao singular, a seres singulares, em sofrimento, sem procurar desenvolver “as capacidades de generalização”. Possui, por isso, um carácter prático no sentido em que ela não pode actualizar-se senão em situações particulares de co-

⁴ Refeição que os antigos cristãos faziam em comum, mas que na actualidade tem a carga semântica da entrega, amor ao próximo, essencialmente numa perspectiva religiosa.

presença entre aqueles que não sofrem e aqueles que sofrem. Não sendo a compaixão 'locaz' como a piedade, ela não presta igualmente grande interesse às *emoções*. "Não 'generalizando', a compaixão satisfaz-se com 'um mutismo curioso' quando a opomos à 'eloquência' da piedade. Não sendo 'muda', a sua linguagem 'consiste em gestos' e expressões do corpo mais do que em 'palavras': "A compaixão não fala senão na medida em que necessita de responder directamente aos sons e gestos expressivos pelos quais o sofrimento se torna visível e audível pelo mundo" (ARÉNDT, 1967, cit. BOLTANSKI, 1993, p. 19). Este sentido e interpretação da compaixão vêmo-la expressa nos inúmeros depoimentos de voluntários que em situação de face-a-face com o sofrimento nos dizem: "Os doentes (...), desde que eu tenha um sorriso e que tenha uma palavra amiga para eles, acho que não me pedem mais nada (...)" (LPCC26); ou ainda "É assim, basta um sorriso, basta que a gente chegue e lhes diga 'Boas tardes' e a gente vê na cara deles que esperam por nós, que gostam de nós e que têm um grande carinho!" (LPCC1); "Eu acho, coitadinhos, que é o seu estado de saúde; basta entrarem para esta casa para ficarem chocados (...)" (LPCC4); "um rapaz de vinte e tal anos, estava doente numa enfermaria e eu vi-o amachucado (...)" (LPCC18); "Olhe, a coisa que mais me dói é quando saímos às cinco e meia do serviço (...) ver naquele corredor, aquelas mães (...), à porta de cada quarto está uma mãe (...). A tristeza delas (...)! Têm outros filhos em casa, têm o marido, e passam ali meses!" (LPCC31).

O PRINCÍPIO DO INDIVIDUALISMO UNIVERSAL E O INDIVIDUALISMO CONCRETO

Singly apresenta diferenças na sua aproximação a estas questões da justiça (e os seus princípios abstractos), e da piedade (sensível às diferenças de situação), uma oposição entre um princípio de universalismo e um princípio de particularismo, mas que se complementam. Para esse autor, as políticas de piedade apresentam-se num contexto de "altruísmo de proximidade" em que aqueles a quem são prestados serviços ou que recebem a atenção das instituições de solidariedade social se encontram próximos de quem deles se ocupa. Ao passo que a "política de justiça" tem a ver com uma forma de altruísmo abstracta, ao serviço do interesse geral na 'esfera pública': "Esta clivagem retoma, em

parte, a oposição entre a Razão da modernidade e o Coração da “contra-modernidade” (SINGLY, 2005, p. 25).

Assim, podemos organizar as formas históricas do individualismo colocando de um lado o individualismo que considera em todos os seres humanos aquilo que os une, aquilo que lhes é comum, como a razão e a humanidade comum e que Singly classifica como individualismo ‘abstracto’, ‘universal’; do outro lado, encontra-se um individualismo que procura aquilo que diferencia cada um, a sua originalidade, o seu carácter único, que exige um tratamento diferenciado e a que Singly chama ‘individualismo concreto’. Não se trata, contudo, de hierarquizar estas formas de individualismo uma vez que ambas são complementares, ‘temperando-se’ mutuamente; porque se o individualismo concreto não for invadido pelo individualismo, abstracto, a sua solicitude dedicar-se-á unicamente aos que lhe estão próximos. Da mesma forma, o abstracto merece, ele também, temperar-se pelo individualismo concreto, caso contrário ele conduzirá a imperativos tão gerais que impedem a expressão pessoal, limitando por esse facto consideravelmente qualquer expressão de reconhecimento. É por este facto que Singly afirma:

O individualismo é um humanismo se, e somente se, ele conseguir conciliar o abstracto e o concreto, o universal e o particular, aquilo que reúne todos os seres humanos e aquilo que os separa (*Ibid.*, p. 26).

REFLEXÕES FINAIS

Chegando ao fim deste pequeno estudo, confirmamos a convicção de que o campo de actividade do Terceiro Sector é demasiado vasto para poder ser trabalhado por um estudo único. As dimensões envolvidas neste domínio necessitam de diferentes estudos cruzados, para que se obtenha uma percepção mais aprofundada sobre as inúmeras particularidades que tecem a sua consistência.

Ficam-nos, contudo, algumas certezas quanto ao terreno onde desabrocha e se desenvolve o espírito do voluntariado. Se para o Terceiro Sector, como totalidade das vontades dos indivíduos nele implicados, não são as particularidades e as razões individuais dos que para ele colaboram que contam, mas o trabalho concreto, o resultado da soma total destas vontades particulares, apercebemo-nos, contudo, de que em cada indivíduo voluntário se encontra uma

razão, um coração, uma consciência da sua responsabilidade no desenvolvimento de uma humanidade comum. Distribuindo-se diferentemente, essas particularidades são condicionadas pela própria individualidade dos indivíduos e pelos contextos em que cada um se move e faz mover a sua solidariedade.

Assim, as experiências de vida de cada um leva-os a encararem o voluntariado com diferentes níveis de envolvimento e de distanciamento (ELIAS, 1997), estando, muitas vezes, esse factor relacionado com o ambiente familiar onde decorreu a sua socialização primária:

(...) se pensar numa estrutura de aldeia de onde os meus pais eram oriundos, portanto, aí as redes de apoio informais e de vizinhança funcionam muito mais do que na cidade, não é? (...) as referências que tenho, de facto, eram essas. (...) são coisas que ficam enraizadas e que vão passando (EA).

Deste modo, o espírito de solidariedade mais ou menos formal encontra-se enraizado em muitos dos nossos entrevistados, tendo-se envolvido ou envolvendo-se ainda em mais do que uma área de voluntariado. É paradigmática a afirmação de um deles:

Eu costumo dizer que sou um voluntário militante. Comecei desde muito jovem voluntário numa série de coisas que começou, talvez, quando eu era miúdo: com 12-13 anos fundei um clube de hóquei, sem patins porque não tínhamos dinheiro para os comprar, e eu fiz uma caixa de primeiros socorros e era jogador e enfermeiro voluntário! Curava as mazelas. E depois esse clube deu origem a uma outra associação voluntária, também fundada por mim, que foi uma biblioteca infantil. Isto, estou a falar nos anos 52 no Barreiro (...) (UTIB, mas também dador de sangue – DS).

Como factor dos mais decisivos do tempo de dedicação a esta actividade, encontrámos o factor idade e pensamos não errar ao afirmarmos que se podem distinguir três tipos de voluntariado consoante a idade dos indivíduos a ele ligados: o voluntariado jovem, o voluntariado praticado pelos indivíduos que estão ainda integrados na vida activa e aquele desenvolvido por pessoas que devido à idade apresentam já uma disponibilidade total para a sua dedicação.

Assim, apercebemo-nos de que o voluntariado por parte dos mais jovens, se bem que de igual modo generoso:

(...) os jovens assumem um compromisso para um período muito bem definido, uma data concreta e, portanto, durante aquele fim de semana conseguimos ter a adesão de milhares de jovens, porque é uma coisa muito específica, é um fim de semana que eles sabem e organizam a sua vida em função disso. Depois, no dia-a-dia é mais difícil comprometerem-se. E isto porquê, porque depois têm aulas, depois têm exames, depois têm trabalhos, portanto, têm mais dificuldade em se comprometer com uma tarefa específica de uma determinada hora e um determinado dia (BA).

Havendo igualmente muitos voluntários em idade activa, que intercalam a sua actividade profissional com um apoio sempre certo e disciplinado nesta ou naquela instituição, mas mais limitados temporalmente, pensamos que o Terceiro Sector se apoia essencialmente na grande massa de indivíduos acima dos 50 anos que, por circunstâncias várias, viram diminuídas ou interrompidas as suas rotinas diárias. De uma forma geral, dedicados durante grande parte da sua vida a uma actividade profissional ou familiar, o desemprego quando acontece em idade de difícil reinserção no mercado do trabalho, a entrada na reforma, ou o abrandamento da actividade doméstica, com o afastamento dos filhos e, por vezes dos próprios cônjuges, por divórcio ou por morte destes, coloca os indivíduos num certo vazio constrangedor. E se acontece que alguns indivíduos não se encontrando ainda conscientes da sua responsabilidade e importância para a sociedade onde vivem, se isolam, se fecham, "sob a forma de *homo clausus*, ou um 'eu' sem 'nós', no coração de uma solidão deliberadamente escolhida ou não" (ELIAS, 1987, p. 259), Roca diz-nos que

A revolução do tempo coloca cada pessoa com a sua responsabilidade de decidir se o seu tempo livre constituirá um jazigo para o consumo autista, ou uma continuidade de riqueza invisível que permite revelar (desvelar) o tempo para viver, o tempo vivido e o tempo livre (2002, p. 87).

Deste modo, a actividade voluntária acaba por ser também uma compensação para uma situação que de alguma forma os constrangia a diferentes níveis:

A princípio achei que ia gozar da reforma, que já tinha trabalhado muito tempo, que ia para casa, que ia bordar e ia fazer assim, ia fazer

assado, a fazer muita coisa. Mas ao fim de meia dúzia de meses de estar em casa senti-me triste, comecei a ficar (...), a isolar-me imenso, a chorar por qualquer coisa (...) (ACF)

(...) a certa altura fui confrontada com o desemprego, fiquei muito perturbada, com o meu sistema nervoso completamente alterado, [...] os filhos trabalham, os netos estão na escola, (...) para mim não me satisfazia, precisava de mais. [Informou-se] e como o voluntariado era uma coisa que sempre admirei e sempre me deu uma certa atracção, resolvi vir. (...) ganhei uma família porque eu sentia-me muito só, muito isolada, (...) ao perder o meu emprego, perdi a convivência com amigos e colegas. E ao vir para aqui, encontrei a família que me faltava: irmãos, amigos, colegas de escola com quem andei há 30 ou 40 anos e que vim encontrar aqui, amigos do coração, como se fossem irmãos, família, de quem eu tenho muitas saudades quando estou longe daqui (UTIB).

Estas afirmações recordam-nos Duvignaud, quando diz:

Que voluptuosidade pode ser mais intensa que a invenção de cumplicidades entre os corpos, os apetites, por vezes os sofrimentos, os movimentos do trabalho ou do jogo? Não estará aqui o princípio da democracia nesta liberdade acordada a cada um de compor as suas 'afinidades electivas'? Uma moral que nos afasta dos determinismos e restaura quotidianamente, pacientemente, a troca (DUVIGNAUD, 1986, p. 222).

Chegados ao fim deste pequeno estudo, ele permitiu-nos compreender que neste tipo de acção se encontram diferentes tipos de intensionalidades que podem significar diferentes racionalidades. Apresentando o trabalho de voluntariado, que os múltiplos indivíduos desenvolvem, diferentes motivações, representações e expectativas, existe, no entanto uma coincidência na apreciação que fazem da sua actividade voluntária: sentem-se úteis! Assim, unanimemente, mas utilizando diferentes expressões, afirmam que através da prática do voluntariado de algum modo retiraram ganhos (algo de simbólico, é certo, mas houve um ganho): 'enriqueci' (ACF); 'sinto-me feliz!'; 'é gratificante!' (BVB); 'é um bocado de nós próprios para os outros!' (DS); 'vou ganhando todos os dias!' (UTIB); 'dá gozo!' (ACCL); 'recebemos muito mais do que aquilo que damos!' (LPCC); 'acho que todos nós ganhamos ao dar, porque ao dar, recebemos!' (UTIB).

Estas afirmações recordaram-nos de certo modo o 'cimento afectivo e místico' revelado por Marcel Mauss, quando nos seus

trabalhos antropológicos se refere à ‘dádiva’, à ‘troca’, dizendo: “existe uma virtude que obriga as dádivas a circular, a serem dadas e a serem retribuídas” (1950, p. 111). Essa constatação levou-o mesmo a aconselhar “Que se adopte então como princípio da nossa vida aquilo que sempre foi um princípio e sempre o será: sair de si, dar, livre e obrigatoriamente, não há risco de engano. Assim diz um provérbio maori: dá tanto quanto recibes e tudo estará bem.” (*Ibid.*, p. 192).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Essai sur la révolution*. Paris: Gallimard, 1967.
- _____. *La Condition de l'homme moderne*. France: Calmann-Lévy, 1983.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernidade reflexiva. política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta, 2000, p. 1-51.
- BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la Justice comme compétence*. Paris: Éditions Métailié, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance*. Paris: Éditions Métailié, 1993.
- _____. A moral da rede? Críticas e justificações nas recentes evoluções do capitalismo. In: *Forum sociológico*, n. 5/6, IIª série, 2001, p. 13-35.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1984.
- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- DUVIGNAUD, Jean. *La Solidarité*. France: Fayard, 1986.
- ELIAS, Norbert. *La Société des individus*. França: Fayard, 1987.
- _____. *Envolvimento e distanciamento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1992.
- _____. Viver numa sociedade tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernidade reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta Editora, 2000, p. 53-104.
- LASCH, C. *La culture du narcissisme*. Castelnau-le-Lez: Climats, 1a. éd. 1979.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1950.
- PINTO, Fernanda; SAMPAIO, M. L. *Tecer a solidariedade na Saúde: uma visão accionalista na constituição das associações e grupos solidários com as pessoas doentes apresentado ao XVIII Seminário Internacional AISO, Universidade do Minho, Junho de 2005*.
- RESENDE, J. M., et al. *Do sofrimento e da bondade: o cancro em Questão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Documento policopiado, 2005.
- ROCA, Joaquín Garcia. O voluntariado na sociedade de bem-estar. In: *Intervenção social*, n. 25/26, 2002, p. 85-100.
- SAMPAIO, Maria Leonor. *Entre a solidariedade e a socialização política: sobre o trabalho de mobilização das Associações de Doentes, apresentado no I Congresso Internacional sobre Saúde, Cultura e Sociedade em Cabeceiras de Basto, setembro de 2005*.
- SCHELER, Max. *Nature et formes de la sympathie. Contribution à l'étude des lois de la vie affective*. Paris: Payot, 1967.
- SINGLY, François de. *Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien*. Paris: Armand Colin, 2004.
- _____. *L'individualisme est un humanisme*. France: Éditions de l'Aube.
- Documentos : Lei n. 71/98 de 3 de novembro, 2005.

Recebido para publicação em: 29/03/06

Aceito em: 21/05/06